



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 137/2010
Contatos: secretaria@isb.org.br

A DESCOBERTA DO CAMINHO

A partir da Revolução de 30, que está fazendo 80 anos e deveria ser muito comemorada porque realizou a verdadeira República Brasileira; a partir deste importante marco histórico pouco lembrado, o Brasil experimentou vários modelos de organização política e de economia política, em busca do caminho para o desenvolvimento democrático, eficiente, justo e continuado.

Experimentou a ditadura esclarecida, positivista, de Getúlio Vargas, que implantou o Estado Republicano, organizou a atividade econômica e procurou reconhecer e harmonizar os interesses do capital e do trabalho sob o comando do Estado forte. Foi eficiente e justo mas não democrático. A pressão pela democracia, vitoriosa no mundo em 45, inviabilizou a continuidade do modelo positivista. Fez-se então a primeira experiência de democracia da história do País, que conduziu a um modelo nacionalista que tentava outra vez harmonizar à brasileira os interesses conflitantes, agora numa fórmula democrática, estabelecendo uma aliança política do trabalho com o capital nacional sob a égide de um Estado bem presente (a aliança dos partidos PSD, PTB e PCB). Um modelo que buscava estimular a produção, financiá-la e reservar o mercado interno para o capital nacional produzir aqui bens que eram antes importados, abrindo nas novas indústrias um grande campo de trabalho para assalariados urbanos que antes vegetavam precariamente no campo. Foi eficiente; funcionou tão bem esse modelo durante 15 ou 20 anos que o Brasil foi o campeão absoluto de crescimento econômico nesse período (1946-64). Mas não foi tão justo. Apesar de melhorar enormemente a condição de vastas camadas da população absorvidas nessa industrialização, o modelo era generoso em privilégios e altamente concentrador, e começou a encontrar dificuldades quando as classes trabalhadoras, conquistado o primeiro patamar de sua ascensão, passaram a reivindicar uma participação mais justa na apropriação dos frutos daquele crescimento estupendo. O acirramento do confronto, que exigia as reformas de base, foi inviabilizando o processo com uma inflação desvairada, e veio a intervenção militar em 64 para sufocar as exigências dos trabalhadores e dar continuidade forçada ao modelo de crescimento sem distribuição, sob o argumento de que era necessário primeiro fazer crescer o bolo para só depois tratar da distribuição mais justa. A ditadura funcionou por alguns anos, foi eficiente sem ser justa, mas findou resvalando para a inviabilidade, pelo desgaste natural do poder excessivo e pelas reações libertárias das forças políticas sufocadas com violência pelos militares. Deu-se então a abertura que, depois de certa hesitação, optou pelo modelo neoliberal que triunfava plenamente no mundo, com a abertura da economia, a redução drástica da presença do Estado, a privatização de muitas empresas estatais e a entrega de todas as decisões ao mercado, com a vigência plena do modelo da competição livre, no qual o capital multinacional destruiu o ainda fraco e incipiente capital nacional. Gerou-se uma forte redução da mão-de-obra empregada com o fechamento das empresas falidas, criando grandes massas de excluídos do processo que, perplexas, tentavam entender aquilo que se chamava de reestruturação competitiva no mercado de trabalho. O resultado foi efetivamente desastroso, não foi eficiente nem justo, e a movimentação política, já amadurecida pelo exercício da prática democrática e da ditadura em alternância, findou por escolher, em 2002, a retomada do caminho do desenvolvimento orientado e alavancado pelo Estado mas com a novidade da introdução, pelo próprio Estado, de políticas diretamente distributivistas, mostrando que é perfeitamente possível crescer e distribuir ao mesmo tempo, como indicando que o próprio crescimento, aliado à distribuição, se faz de maneira mais harmoniosa e autônoma, menos dependente das flutuações do mercado internacional. Era o tão buscado caminho democrático, eficiente e justo, finalmente.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 137/2010
Contatos: secretaria@isb.org.br

A entusiástica aceitação popular da nova política, conduzida por um líder trabalhador de talento realmente extraordinário e de uma biografia que constitui o próprio atestado da autenticidade democrática, solidificou uma base política ampla e forte que, de um lado, garante a consolidação definitiva da democracia, mostrando traços bem avançados de uma institucionalização participativa, um novo relacionamento governo-sociedade, e, de outro, acena para um período extenso de continuidade do modelo econômico-social.

Trata-se, realmente, de uma nova democracia. Nova para o Brasil e também para o mundo, daí as atenções internacionais voltadas para nós. Democracia que busca superar o modelo clássico liberal da pura representação e avançar na dimensão participativa da sociedade organizada. Políticas públicas fundamentais e grandes projetos de governo surgem do encontro permanente entre o governo e representações autônomas da sociedade, para serem depois apreciados pelo Congresso. Grandes conferências temáticas de âmbito nacional: 73 já realizadas, cobrindo educação, saúde, previdência, comunicações, cultura, reforma urbana, segurança etc...; mais os Conselhos de políticas públicas institucionalizados em todas as áreas importantes de governo, e ainda as mesas permanentes de diálogo sobre temas essenciais e polêmicos constituem um conjunto jamais visto de democratização da gestão governamental.

A mídia não noticia essa feição tão importante porque não está acostumada, não tem estrutura adequada para acompanhar o desempenho dessa nova linha republicana. Mas também, e principalmente, porque não tem interesse em que ela se desenvolva, eis que seu poder de pautar e influenciar decisões nesse imenso conjunto social é bem mais fraco do que no âmbito tradicional do Parlamento, muito menor numericamente e muito mais fácil de aliciar através da influência nas eleições. Exemplo gritante desse desinteresse interessado foi o boicote de toda a grande mídia à Conferência Nacional sobre Comunicações realizada no fim do ano passado.

Tudo se passa então como se o Brasil houvesse, finalmente, encontrado o seu caminho, a via de realização do seu destino maior, marcado pelo desenvolvimento com distribuição, com ênfase na dimensão democrático-participativa, e por uma autonomia de nação que jamais havia experimentado. Eu, com cinquenta anos de observação e quarenta de presença direta na política, tenho o privilégio de me regozijar intensamente com esse encontro do Brasil com o seu destino, e de me orgulhar desta atividade passada, sempre empenhada em dar efetividade a este modelo desenvolvimentista-distribucionista e a essa nova dimensão da democracia (lembro os Conselhos Governo-Comunidade na minha gestão da prefeitura).

Rejubilou-me com o resultado positivo de uma luta tão difícil e demorada que tinha como fim a abertura deste caminho iluminado. Que se confirmou em plenitude na eleição de domingo com a vitória de Dilma Rousseff.

E me alegro especialmente com o papel relevante, neste processo, que o Rio de Janeiro desempenhou, com a sua capacidade de mobilização e de irradiação que ainda possui. Ainda nesta última etapa eleitoral, na noite de dezoito de outubro, no Teatro Casa Grande, a grandeza do ato realizado em apoio a Dilma e a vibração extraordinária da militância ali presente me deram a certeza da vitória. Naquela noite comecei a escrever este artigo.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br